

# Audiência Pública

## CDC - Câmara dos Deputados

### Reajustes de Planos de Saúde

**Matheus Z. Falcão**  
Assessor de Saúde do Idec

14 de junho de 2022

**idec**  
Instituto Brasileiro de  
Defesa do Consumidor

# SOBRE O IDEC

- O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) é uma associação de consumidores sem fins lucrativos fundada em 1987;
- O Instituto é pioneiro na defesa dos direitos dos consumidores no Brasil;
- É uma entidade de alcance nacional independente de empresas, partidos ou governos;
- Nosso trabalho é mantido pelas contribuições dos nossos associados (cerca de sete mil pessoas) e doações de fundações internacionais;
- Desde 1994 realizamos uma auditoria anual, externa e independente e os relatórios são enviados a todos os associados e financiadores;

# NOSSA MISSÃO

***“Promover a educação, a conscientização e a proteção dos direitos dos consumidores e a ética nas relações de consumo, com independência política e econômica”***

Para Idec, o conceito de consumidor não se restringe às pessoas que participam do mercado, exercendo seu poder de compra, mas também abrange aquelas que não podem acessar bens e serviços essenciais devido à falta de poder de compra.

Nossa meta-missão é garantir que todos os cidadãos tenham acesso a bens e serviços essenciais para o desenvolvimento social, o consumo sustentável, a saúde do planeta e a consolidação da democracia na sociedade brasileira.

# PROGRAMAS

## Alimentação



Promover sistemas alimentares e políticas públicas que garantam o direito humano à alimentação adequada e saudável; e a prevenção da obesidade e doenças relacionadas.

## Telecomunicações e Direitos Digitais



Universalização dos serviços de telecomunicações e acesso à Internet no Brasil, com garantia de níveis adequados de qualidade e respeito aos direitos de informação, transparência, não-discriminação e proteção de dados pessoais.

## Financeiro



Serviços financeiros acessíveis e inclusivos que respeitem o direito de escolha e garantam informações completas e segurança, evitando o superendividamento e respeitando as leis e políticas públicas que consideram a condição de vulnerabilidade do consumidor.

## Mobilidade Urbana



O direito à mobilidade como componente central do direito à cidade, com acesso à informação e transparência que garantam o direito de escolha, com base em políticas que promovam o transporte coletivo e por modais que sejam inclusivos, universais e saudáveis para as pessoas e o meio ambiente.

## Saúde



Acesso a serviços de saúde, medicamentos de qualidade e uma regulamentação transparente, participativa e eficaz, orientada pelo interesse público e pela valorização do sistema de saúde pública (SUS).

## Energia e Sustentabilidade



Assegurar o direito humano universal à qualidade e à energia segura, priorizando a geração distribuída, garantindo a redução de custos e baixas emissões de gases de efeito estufa.



## Histórico da questão do reajuste de planos de saúde

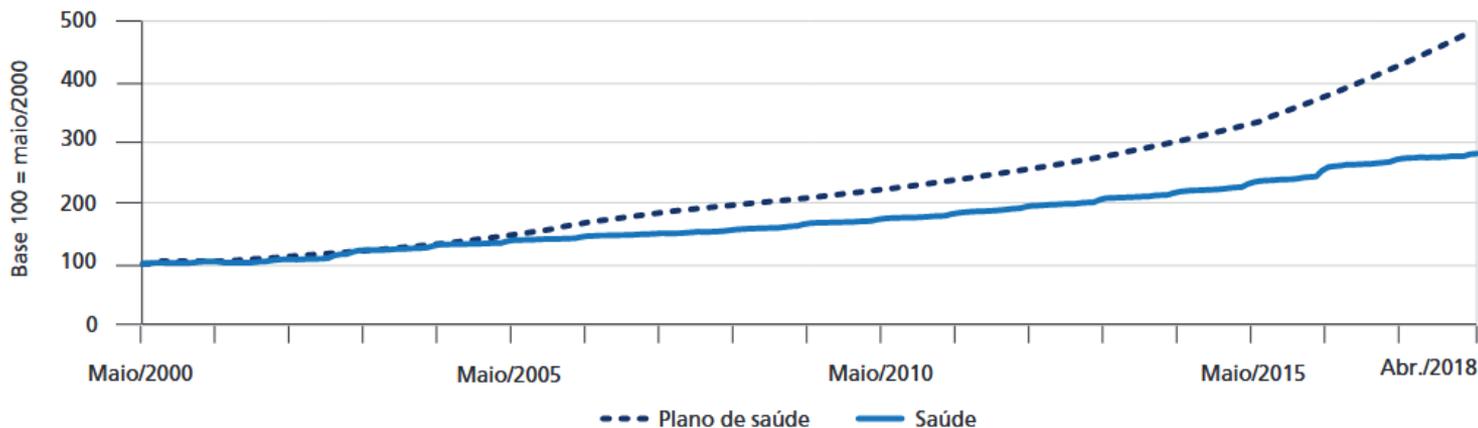
- Distinção entre planos de individuais e planos coletivos
- Planos individuais: reajuste regulado pela ANS
- Planos coletivos: reajuste não regulado pela ANS sob o argumento de poder de barganha
- **Inflação dos planos de saúde é um dos indicadores que mais sobe na economia brasileira**

# Histórico da questão do reajuste de planos de saúde

## Inflação dos planos de saúde é um dos indicadores que mais sobe na economia brasileira

GRÁFICO 4

Índice - IPCA: plano de saúde *versus* saúde<sup>1</sup>



Fonte: IPEA,  
2019

Fonte: Sidra/IBGE.

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Índice calculado a partir do expurgo do subgrupo cuidados pessoais e do item plano de saúde.

Histórico da questão do reajuste de planos de saúde

**Inflação dos planos de saúde é um dos indicadores que mais sobe na economia brasileira**



# Nota Técnica

**Nota Técnica - 2019 - Maio - Número 54 - Disoc**

*Inflação dos Planos De Saúde - 2000-2018*

*Autores: Carlos Octávio Ocké-Reis, Eduardo P. S. Fiuza e Pedro Henrique H. Coimbra*

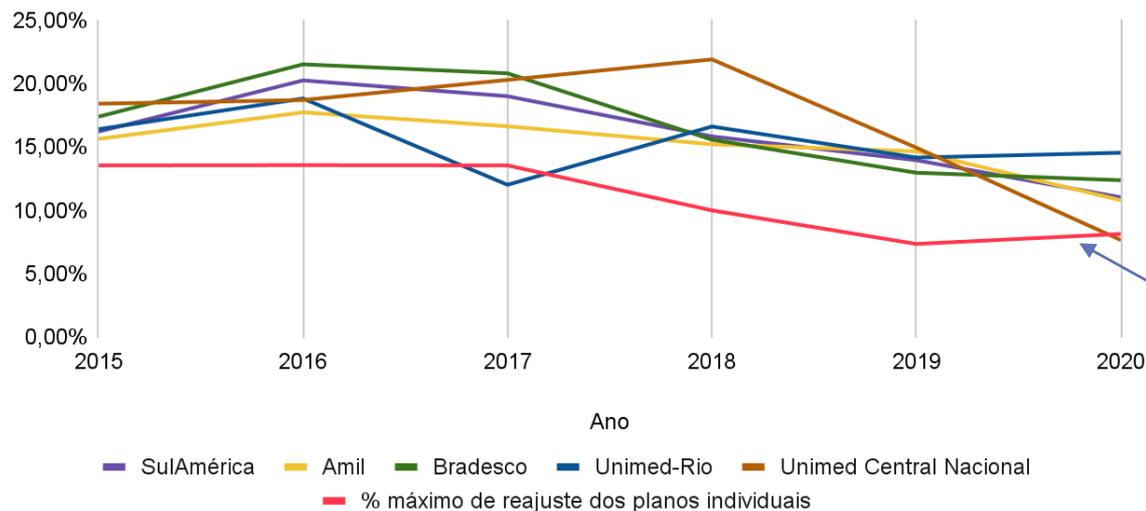


## Planos de Saúde e pandemia

- Crise econômica: alto impacto na renda da população brasileira
- **Resultados financeiros excelentes** no setor de saúde suplementar – lucro líquido acumulado de 15 bi (jan-ago/2020)
- Situação atual: sinistralidade retornou aos níveis pré-pandêmicos
- **Dezembro/2021: Idec e mais três entidades demandam à DICOL da ANS a criação de uma Câmara Técnica para abordar o tema do reajuste, sem ter obtido resposta**

# A urgência em se regular planos coletivos

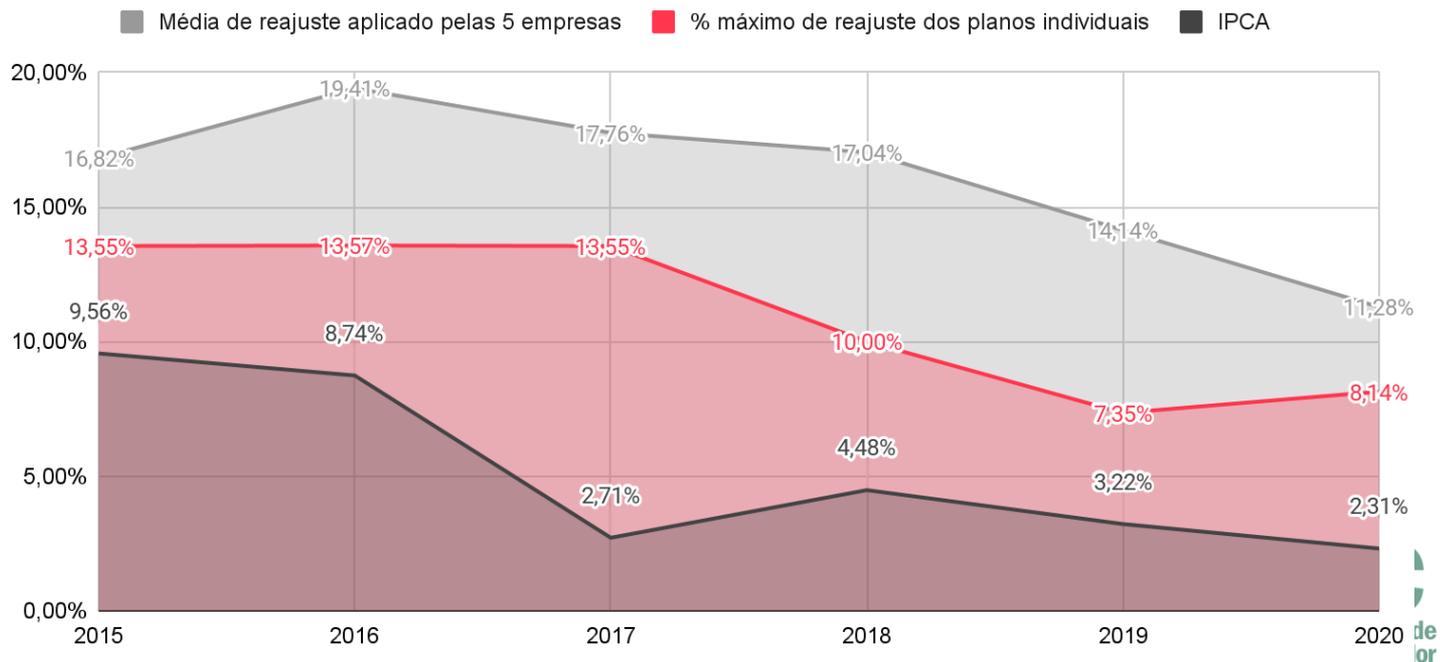
Comparação dos reajustes médios ponderados aplicados aos planos coletivos das cinco operadoras com o teto estabelecido pela ANS – Pesquisa Idec com dados abertos da ANS



Reajuste dos individuais – teto da ANS

# A urgência em se regular planos coletivos

Gráfico 2: Comparação da média de reajustes aplicados pelas 5 empresas em comparação com o teto de aumento estabelecido pela ANS para os planos individuais e o IPCA





## A urgência em se regular planos coletivos

- Alto índice de reclamações em torno dos reajustes elevados em **planos coletivos**
- Reajustes, em média, **muito mais elevados que os individuais**
- Instância responsável: Diretoria Colegiada da ANS
- Premissa da regulação atual, **poder de barganha**, não se sustenta

# A urgência em se regular planos coletivos

- Documentos técnicos de referência
  - Acórdão TCU 1007/2021
  - NOTA TÉCNICA Nº 2013/2017 /GEFAP/ GGREP/ DIRAD-DIPRO/ DIPRO → ANS



**PROCESSO Nº: 33910.012414/2017-24**

**NOTA TÉCNICA Nº 2013/2017/GEFAP/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO**

# A urgência em se regular planos coletivos



PROCESSO Nº: 33910.012414/2017-24

NOTA TÉCNICA Nº 2013/2017/GEFAP/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO

- (i) padronização de cláusulas de reajuste anual;
- (ii) aumento do agrupamento de contratos de 29 vidas para 100 nos planos coletivos empresariais;
- (iii) reajuste único para os contratos de adesão (agrupamento único); e
- (iv) aperfeiçoamento das interfaces de divulgação de reajustes entre operadoras, contratantes e consumidores.



## Conclusão

- Setor de saúde suplementar apresenta bons resultados financeiros e lucros crescentes
- Setor de saúde suplementar tem aumentos de preços maiores que o resto do setor saúde
- Não existe poder de barganha em contratos de planos coletivos, que geralmente apresentam reajustes mais elevados
- É urgente regular planos de saúde coletivos

**idec**  
Instituto Brasileiro de  
Defesa do Consumidor

Obrigado

[www.idec.org.br](http://www.idec.org.br)



/idecbr



@idec



@idec